



Anais da Assembléia

Nº 67

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 1978

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Trajano Bastos.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Wilson Fortes, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85 e 86/78, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

157/77: Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a "Assistência Social Santa Bertilla Boscardim", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.001. — Agradeça-se.

160/77: Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a "Fundação Sanepar", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.002. — Agradeça-se.

4/78: Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública a "Associação dos Servidores Municipais - ASM" com sede na cidade de Rio Branco do Sul, o qual convertido em Lei tomou o número 7.003. — Agradeça-se.

146/78: Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a "Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Ivaiporã", com sede na cidade de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o número 7.004. — Agradeça-se.

159/77: Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a "Associação de Preservação da Flora e da Fauna", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em

Lei tomou o número 7.005. — Agradeça-se.

150/77: Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública através de sua representação no Estado do Paraná, a Sociedade União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul, com sede na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, o qual convertido em Lei tomou o número 7.006. — Agradeça-se.

165/77: Do Senhor Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Mourão - APAECAM", com sede e foro na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o número 7.007. — Agradeça-se.

168/77: Do Senhor Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais - S.O.S.", com sede e foro na cidade de Porecatu, o qual convertido em Lei tomou o número 7.008. — Agradeça-se.

153/77: Do Senhor Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a "Associação dos Servidores do INCRA do Paraná - ASSINCRA-PR", com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.009. — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário desta Casa, requer a inserção na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ELIAS SEUGLING, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio.

Requeiro ainda, que se dê ciência a Excelentíssima Família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1978.

(a) Rosário Pitelli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora RITA ABRÃO, ocorrido em Maringá, dando-se ciência do presente, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1978.

(a) Antônio Facci

JUSTIFICATIVA:

A família enlutada da Senhora Rita Abrão, é das mais tradicionais em Maringá e região. Residindo em Maringá, mais precisamente no Distrito de Florianópolis, desde 1949, a família dedicou-se ao comércio inicialmente, tendo hoje vasta rede de estabelecimentos comerciais na região, mas, o que enobrece no entanto, é a formação de seus inúmeros filhos, todos dedicados à vida familiar e religiosa, constituindo-se em exemplos para os demais membros da comunidade maringaense. Um de seus filhos, o Sr. Nelson Abrão, é Vereador pela segunda vez em Maringá, completando assim, o exemplo de gente que não apenas dedica-se a seus afazeres particulares, mas, quer na religião ou na vida pública, participam ativamente da vida comunitária. A homenagem póstuma, com a inserção em ata de voto de pesar à mãe tão carinhosa e capaz de orientar a família como

o exposto, é portanto das mais justas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário seja inserido em ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Vereador maringaense, JALBAS RODRIGUES ALVES, ocorrido em Maringá, dando-se ciência do presente, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1978.

(a) Antônio Facci

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Horácio Martins de Souza, ocorrido no Município de Sengés, em data de 10 do corrente.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1978.

(a) Aguinaldo Pereira Lima

JUSTIFICATIVA:

Por tratar-se de uma cidadão de tradicional família de Sengés, destacado Vereador na Câmara Municipal daquela cidade, pela última vez, desejamos homenageá-lo e ao mesmo tempo, solicitar que da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à família enlutada residente naquele município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário desta Casa, requer a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora JOCELI AZEVEDO, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio.

Requer ainda, uma vez aprovado, que se dê ciência a seu esposo Ronaldo Azevedo e seu sogro, José Pedro Azevedo, ambos residentes à Avenida São Paulo, em Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1978.

(a) Rosário Pitelli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pela nomeação, por ato de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, após brilhante passagem e atuação como Diretor Frente a Escola Nacional de Informações, do General OTÁVIO AGUIAR MEDEIROS, no cargo de Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informações, em substituição ao Excelentíssimo Senhor General de Exército João Baptista Figueiredo.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se conhecimento à Presidência da República, bem como ao nomeado.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1978.

(a) Fabiano Braga Côrtes

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No dia 18 de junho de 1908, a bordo do navio "Kassato-Marú", aportavam em Santos, os primeiros imigrantes japoneses chegados ao Brasil. Há setenta anos atrás, eles terminavam uma longa viagem, deixando a sua Pátria, o Japão, em busca de uma terra estranha e misteriosa, o Brasil, para melhorarem suas condições materiais de vida.

Quando embarcaram, eles estavam dispostos a enfrentar todo tipo de adversidades. Heroicamente, a tudo se sujeitavam até alcançar a meta ou ficarem pelo caminho, vencidos de corpo, nunca de espírito.

O imigrante japonês trazia a vontade indômita de realização através do trabalho, trazia uma grande fé no resultado do próprio esforço. Decorridos setenta anos desde a sua chegada, analisar o trabalho do imigrante, a sua influência sobre o nosso desenvolvimento, constitui um verdadeiro desafio para historiadores, economistas e sociólogos.

Durante as primeiras décadas, a sua participação no processo de ocupação humana de extensas regiões de São Paulo e do Paraná se fez com base na agricultura.

Atualmente, constatamos uma consciência profunda com relação aos caminhos percorridos pelo imigrante japonês e seus descendentes, a sua integração total à coletividade brasileira, a sua participação nos mais diversos setores da comunidade, dando com isso a sua colaboração ao desenvolvimento sócio-econômico e político de nossa Pátria — o Brasil.

Congratulando-me com a comemoração do 70.º Aniversário da Imigração Japonesa no Brasil, solicitamos a inserção nos Anais da Casa, ouvido o Plenário, a palestra proferida pelo Professor Francisco Borsari Neto, digníssimo Secretário da Educação e Cultura, no Simpósio sobre os 70 anos da Imigração Japonesa, em Rolândia, que reputamos de valioso documento para a história do povo paranaense.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1978.

(a) Jorge Sato

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de ofício à COPEL, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja possibilitada a iluminação pública na "Avenida Principal", artéria que se constitui na mais importante via urbana dos Jardins "Nossa Senhora da Penha e Maria José", localizados no Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

JUSTIFICATIVA:

A grande massa de trabalhadores que moram no Jardim Nossa Senhora da Penha e Jardim Maria José, localizados no vizinho Município de Colombo, saem de cada antes do sol nascer, e chegam depois que ele se põe, para trabalharem principalmente em Curitiba, percorrendo distâncias imensas. A "Avenida Principal" é a via fundamental, e corta as duas vilas servindo como ponto de circulação e concentração dos moradores das duas localidades. O posteamento e a rede já existem, faltam apenas os mecanismos finais de iluminação. Se bem que o trecho às escuras é pequeno, não indo além de trinta postes, a sua efetiva iluminação será um bem inestimável para centenas de famílias de trabalhadores, esquecidas pelo Poder Público.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que através do órgão competente, seja estudada a possibilidade de ser reduzido o preço da taxa mínima (10 m³) que vem sendo cobrado, pela SANEPAR, pela utilização do serviço de abastecimento de água, no Município de Paranavaí.

Tal solicitação se faz necessária, em vista de que a taxa mínima é utilizada pela classe operária ou pelos que igualmente participam da sociedade enfrentando inúmeros problemas de ordem econômico-financeira, na qualidade de portadores de

baixo poder aquisitivo.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1978.

(a) Waldenício Barbalho

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 88/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação Instituto de Zootecnia do Paraná (Fundação - IZOPAR), com personalidade Jurídica de direito público, vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, sede e foro na cidade de Maringá, tendo como finalidade básica a pesquisa técnico-científica, a formação e treinamento de pessoal especializado, para o desenvolvimento da Zootecnia, especialmente o estudo da:

- a — Ecologia;
- b — Nutrição e Alimentação;
- c — Pastagem e Forragicultura;
- d — Genética e Melhoramento animal;
- e — Produção Animal.

Parágrafo único — Para melhor atender e cumprir esses objetivos, poderão integrar a Fundação, mediante relação jurídica adequada, estações experimentais vinculadas à Secretaria de Agricultura.

Art. 2.º — Para constituir o patrimônio da Fundação, fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar, no Município de Maringá, área de até quinhentos (500) hectares, onde serão construídas as edificações necessárias ao funcionamento da mencionada entidade.

§ 1.º — Serão incorporados ao patrimônio inicial, os bens móveis e imóveis que forem adquiridos pela Fundação ou que lhe forem destinados por doação ou legado.

§ 2.º — Extinta a Fundação, o seu patrimônio reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 3.º — Constituem recursos da Fundação:

- a — crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender as despesas de implantação e manutenção das atividades no corrente exercício financeiro, cuja autorização para abertura o Poder Executivo solicitará no prazo de noventa (90) dias a contar da data desta Lei;
- b — dotações orçamentárias fixadas anualmente, no orçamento geral do Estado;
- c — empréstimos, auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas ou privadas;
- d — doações ou legados;
- e — recursos provenientes de convênio celebrado com entidades congêneres de nível federal;
- f — rendas resultantes da prestação de serviços e outras que venha a Fundação auferir.

Art. 4.º — São órgãos da Fundação:

- a — Conselho Deliberativo;
- b — Conselho Curador;
- c — Diretoria Executiva.

Art. 5.º — O Conselho Deliberativo, órgão de supervisão administrativa, será constituído dos seguintes membros:

- I — do Secretário da Agricultura, seu Presidente nato;
- II — do Diretor Presidente da Fundação;

III — de representantes da Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura, da Federação da Agricultura do Paraná, das Universidades paranaenses que ministrem cursos de veterinária e da Associação dos Veterinários do Paraná.

§ 1.º — Os representantes, após sua indicação, em lista tríplice, serão nomeados pelo Governador do Estado.

§ 2.º — O mandato dos membros do Conselho será de três (3) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 6.º — O Conselho Curador, órgão de controle financeiro e patrimonial, será constituído de 5 (cinco) membros e de igual número de suplentes, todos designados pelo Governador do Estado, escolhidos em lista tríplice a ser preparada pelo

Secretário da Agricultura, devendo, pelo menos, dois deles ser contadores ou técnicos em contabilidade.

Parágrafo único — O mandato dos Curadores será de três (3) anos, admitida a recondução.

Art. 7.º — A Diretoria Executiva será constituída de um Diretor-Presidente e de um Secretário Geral, ambos nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de três (3) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1.º — O Diretor-Presidente deverá ser escolhido dentre diplomados em curso superior de Veterinária.

§ 2.º — O Diretor-Presidente e o Secretário Geral perceberão remuneração mensal que será fixada, anualmente, por ato do Governador do Estado e, se pertencerem ao quadro de servidores do Estado, deverão optar entre o vencimento e demais vantagens de seu cargo e a percepção da remuneração fixada na forma deste parágrafo.

§ 3.º — Nas suas faltas e impedimentos, o Diretor-Presidente será substituído pelo Secretário Geral.

Art. 8.º — A Fundação contará, ainda, com um Conselho Técnico e Científico, Comissões Técnicas e Assessorias, a serem constituídas na forma indicada pelo Estatuto.

Art. 9.º — O pessoal técnico e administrativo, de acordo com o quadro geral a ser estruturado pela Fundação, será contratado segundo as leis trabalhistas, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, e em consonância com as disposições do Estatuto da Fundação.

§ 1.º — Será exigido concurso de títulos e ou de provas para o ingresso do pessoal de que trata este artigo.

§ 2.º — Atendida a exigência do parágrafo anterior, servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da Fundação, percebendo remuneração exclusivamente por uma delas, com todas as vantagens da lei.

Art. 10 — As atividades e equipamentos atualmente existentes na Secretaria de Estado da Agricultura, ocupados em finalidades idênticas às da Fundação, serão transferidas a esta.

Parágrafo único — O pessoal lotado nos órgãos que desempenham as atividades referidas neste artigo, poderá ser aproveitado na Fundação, segundo as conveniências da administração e por decreto do Poder Executivo.

Art. 11 — A Fundação gozará de autonomia financeira e administrativa, imune à tributação estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estadual e terá, anualmente, orçamento próprio aprovado pelo Governador.

Art. 12 — Os bens imóveis havidos pela Fundação somente poderão ser alienados mediante autorização legislativa.

Art. 13 — O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 14 — A fundação prestará contas globais, por exercício, encerrado, ao Tribunal de Contas.

Art. 15 — A Fundação encaminhará anualmente ao Governador relatório circunstanciado de suas atividades, acompanhado do balanço do respectivo exercício.

Art. 16 — O Governador, no prazo máximo de noventa dias, baixará decreto aprovando o Estatuto da Fundação.

Art. 17 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1978.

(a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

Analisando os Objetivos e Metas do Governo do Estado do Paraná, verificou-se que a parte relacionada ao desenvolvimento agropecuário ficou mais restrito ao setor da agricultura, fato que se evidencia com a criação e instalação do IAPAR.

Faz-se necessário, portanto, um estatuto mais amplo relacionado ao setor pecuário. Daí nossa proposição em se instalar um Instituto de Zootecnia em Maringá.

Para tanto, citaremos rapidamente alguns aspectos da cidade.

A cidade de Maringá destaca-se como centro polarizador de uma vasta região composta pelas microrregiões homogêneas.

- Norte Novo de Londrina
- Norte Novo de Maringá
- Norte Novíssimo de Paranavaí
- Norte Novo de Apucarana
- Norte Novíssimo de Umuarama
- Campo Mourão e

parte das micro-regiões num total de cento e cinco municípios.

Sua influência sobre essa região exerce-se em termos econômicos, educacionais e de serviços.

A área de influência de Maringá, caracteriza-se ainda do ponto de vista econômico, como uma região de economia agro-exportadora, destacando-se as atividades ligadas à agricultura e à pecuária.

No que se refere à pecuária, a região desempenha importante papel na produção do Estado, sobretudo através da produção de bovinos, muas e caprinos.

São diversos os setores que contribuem para a Polarização de Maringá:

1. Centro Educacional
2. Centro de Atendimento Médico Especializado
3. Centro de Comunicação
4. Tronco Viário
5. Centro de Comercialização
6. Centro de Beneficiamento e Transformação de Produtos Primários
7. Centro de Abastecimento de Derivados da Pecuária

A situação de Maringá, conforme citação abaixo, traduz ser a região de influência, um centro de Pesquisa Zootécnica:

São situações que traduzem ser a região de influência de Maringá um Centro de Pesquisa Zootécnica:

1. GEOLÓGICAS:
 - 1.1. ARENITO CAIUÁ
 - 1.2. TERRA ROXA
 - 1.3. TERRA MISTA
2. TOPOGRÁFICAS

Caracterizada pela suavidade de Relevo, permitindo fácil mecanização.

3. CLIMATOLÓGICAS
 - Tipos de Clima:
 - 3.1. TROPICAL SEMI-ÚMIDO — 60% REGIÃO
 - 3.2. TROPICAL SEMI BRANCO — 40% REGIÃO
 - 3.3. SUBTROPICAL SUPER-ÚMIDO — 40% REGIÃO

4. HIDROGRAFIA
 - 4.1. BACIA DO PIRAPÓ — Tributário do Paranapanema
 - 4.2. BACIA DO IVAÍ — Tributário do Paraná
 - 4.3. BACIA DO PIQUIRI — Tributário do Paraná
 - 4.4. BACIA DO PARANAPANEMA — Tributário do Paraná

5. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
 - 5.1. PARANÁ
 - 5.2. SUL DO MATO GROSSO
 - 5.3. SUDOESTE DE SÃO PAULO

Em Maringá funciona o único Curso de Zootecnia do Paraná.

Tem-se assinalado em algumas escolas do País que há bastante desconhecimento da realidade pecuária brasileira em geral, ou de um Estado em particular, pela grande maioria dos

candidatos a pós-graduação em Zootecnia. É, então, necessário dar-lhes alguma informação inicial, pois, ao fim do curso, irão para o ensino ou para a pesquisa, ou ambos, visando em última análise desenvolver ou melhorar a produtividade de uma pecuária que não é bem conhecida. A falha vem principalmente do curso de graduação que não se apoia nos resultados de uma pesquisa objetiva que é praticamente inexistente.

Não faz muito tempo que se iniciaram as pesquisas zootécnicas em algumas Escolas de Agronomia e Veterinária. Poucos trabalhos tem sido apresentados pelos Estados, em função de seus recursos ou a falta de técnicas especializadas, o que na realidade não se estabelece até o momento uma infra-estrutura zootécnica atual no Brasil.

No momento, é ainda pequeno o número de zootecnistas com doutorado ou preparo ao nível de doutorado, de todo insuficiente tanto para orientar assistentes e instrutores encarregados do ensino de graduação, quanto para orientar cursos de pós-graduação nos chamados "centros de excelência" do País. A ampliação desse grupo é essencial e urgente, para formação de zootecnistas e para desenvolvimento da indústria pecuária brasileira ao nível da fazenda particular.

Tem-se chamado pela criação de novas plantas para atender às condições regionais na luta contra a fome. Nesta ordem de idéias, caberia acrescentar a recomendação de novos animais apropriados para produção de proteínas superiores com eficiência nos trópicos. Buscando embasamento técnicos-científicos ao povoamento das regiões tropicais mais agressivas, o Poder Público instituiu o Programa do Trópico Úmido, destinado a coordenar a contribuição da ciência e da tecnologia para melhor conhecimento das condições de adaptação do homem. É indispensável que o estudo da complexa questão da adaptabilidade ao trópico úmido não se limite ao homem, mas se estenda também aos animais de interesse zootécnico para dar a almejada produtividade na elaboração de alimentos destinados ao próprio homem.

Por ser um grande país tropical, o Brasil requer pesquisa zootécnica própria para seu próprio uso e também para exportar para outros países da mesma situação geográfica.

Em íntima associação com o treinamento de pessoal técnico de melhor qualificação estão os cursos de pós-graduação contribuindo substancialmente através da pesquisa para solução dos problemas agrícolas nacionais.

A presença e a participação dos alunos de pós-graduação tem dado tremendo impulso ao desenvolvimento de linhas de pesquisa zootécnica nas diferentes instituições. São conhecidas as importantes contribuições dos vários órgãos que integram o setor no que se refere ao melhoramento dos sistemas de produção em avicultura, bovinocultura de corte e de leite, e suinocultura.

Não faltam contingentes de animais domésticos no Brasil, sobretudo das espécies de importância nas produções de carne e leite, embora de baixa produtividade. A Zootecnia está para a produção animal, assim como a Agricultura para o vegetal, no sentido de dar eficiência aos processos produtivos da agricultura, garantindo adequada estrutura de alimentação para o desenvolvimento do homem. Sabe-se que são cobertas por pastagens, grandes extensões de terra, mas grande parte destas áreas não pode ser utilizada, por várias razões, pela agricultura, mas os pastos servem indiretamente de alimento para o homem após ingeridos e transformados pelos herbívoros. A área de Pastagem e Forragicultura preocupa-se com a produção: avaliação das plantas forrageiras e, ao mesmo tempo, com seu melhoramento no sentido de aumentar-lhes a produtividade e a aceitabilidade pelo animal. Após a domesticação dos animais, preocupou-se o homem em melhorá-los para uma exploração mais eficiente, o que é alcançado através dos estudos feitos na área de Genética e Melhoramento Animal. O coroamento desses estudos é feito através da racionalização da criação e manejo

dos animais, assuntos que são estudados pela área de Produção Animal.

Para atender ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, é imprescindível a criação de uma infra-estrutura Zootécnica, evidentemente ao lado das de outras áreas do complexo da Agricultura, todas elas orientadas para as reais necessidades do País.

À Universidade caberia, em princípio, o estabelecimento de tal infra-estrutura; mas, no Brasil, até bem recentemente, a Universidade vinha se caracterizando pela predominância de uma atuação tipicamente conservadora. De fato, só ultimamente vem tomando parte na vida da comunidade, passando a atuar mais objetivamente no impulso ao desenvolvimento tecnológico do País.

O ensino da Zootecnia em nível superior começou a desenvolver-se em fins do século passado e no início do presente século, com a criação das primeiras escolas de Agronomia e de Veterinária.

Atualmente o ensino geral da Zootecnia, em nível de graduação, é ministrado em cerca de quarenta faculdades de Agronomia, Veterinária e, especializado, em cerca de cinco cursos de Zootecnia, recentemente instalados.

Assim, temos em Maringá um curso de Zootecnia. Dinamizá-lo, aumentar o seu poderio técnico, com um Instituto de Zootecnia, seria dar à região do Norte e Sul do Paraná, Sul de Mato Grosso e Sudoeste de São Paulo, condições para melhor desenvolvimento, resolvendo problemas sérios da Agrostologia e da Genética, na pecuária.

Ainda não se tentou avaliar os efeitos dessas contribuições sobre o aumento de produtividade da exploração animal do País. Os reflexos econômicos globais devem ser, no entanto, altamente significativos, se considerar que a produção animal do Brasil, é quantitativamente uma das mais desenvolvidas do mundo. É evidente a participação dos cursos de pós-graduação nesse processo, seja pela participação dos alunos nos projetos de pesquisa em andamento nas universidades, seja pela sua maior capacidade técnica quando retornam aos trabalhos de pesquisa em suas instituições de origem.

Partindo-se das linhas de pesquisa na Zootecnia atualmente existente, segundo divisão convencional, temos como objetivos para a criação do Instituto de Zootecnia em Maringá, o seguinte:

Estudo e desenvolvimento da:

- A) – Ecologia;
- B) – Nutrição e Alimentação;
- C) – Pastagem e Forragicultura;
- D) – Genética e Melhoramento Animal;
- E) – Produção Animal.

A) – ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DA ECOLOGIA

- a) Para o estudo e desenvolvimento da Ecologia se faz necessário um plano de pesquisa de interesse zootécnico para ser cumprido pelas instituições, de acordo com a disponibilidade de pessoal e material e segundo interesses regionais.
- b) Dado a falta de elemento técnico especializado, urge que, para esta especialização, preparem técnicos de alto conhecimento.
- c) A instalação física e de modernos equipamentos para avaliar as reações fisiológicas da adaptação de várias espécies de animais, surge como outro objetivo a ser alcançado nesta área.

B) – ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DA NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO

Nesta área, vale ressaltar a necessidade do desenvolvimento de trabalhos de pesquisa sobre os alimentos disponíveis nas

condições nacionais, visto que da alimentação depende tudo o sucesso do empreendimento zootécnico, pois pouco ou nada adiantaria a obtenção de animais de alta qualidade genética e com excelente manejo, mas submetidos ao regime de alimentação deficiente. Deve-se notar que pouquíssimo tem sido feito sobre a avaliação das exigências de nutrientes dos animais criados em condições brasileiras, especialmente se se considerar que estão sendo importados dados de regiões temperadas.

Nota-se que existe uma predominância de trabalhos de pesquisa nesta área; mas esses trabalhos na sua maioria tem se limitado a simples testes de alimentação, pois existe uma grande carência de instalações físicas para desenvolver um programa calcado em base científica. Baseado nestas considerações o Grupo de Trabalho sugere alguns tópicos prioritários para pesquisa:

- a) Estudo de novas fontes de proteína e de energia;
- b) Estudo das exigências nutricionais das diversas espécies em condições brasileiras;
- c) Estudo da composição e valor nutricional dos alimentos comumente usados no País;
- d) Avaliação as deficiências nutricionais das espécies animais nas diversas regiões produtoras;
- e) Estudo da utilização de estimulantes químicos ou biológicos de crescimento.

D) – ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DA GENÉTICA E MELHORAMENTO ANIMAL

Na área de Genética e Melhoramento Animal, vale salientar a existência de grandes contingentes de animais domésticos no Brasil, especialmente daquelas espécies de importância atual, como bovinos de carne e leite, equinos, ovinos, caprinos, aves e outros. É preciso reconhecer, todavia, que rebanhos são usualmente de baixa produtividade e, na sua maioria, classificam-se como não melhorados, dentro dos padrões zootécnicos vigentes.

O Grupo lembra a conveniência de esforços de pesquisa nos seguintes campos de aplicação:

- a) Melhoramento de zebuínos, taurinos e bubalinos;
- b) Melhoramento de equinos;
- c) Melhoramento de ovinos e caprinos;
- d) Melhoramento de suínos;
- e) Melhoramento de aves;
- f) Melhoramento de peixes;
- g) Exploração da Heterose na produção animal.

E) – ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL

A área de Produção Animal é de fundamental importância na exploração da pecuária brasileira, levando-se em consideração apenas o fato da enorme potencialidade do País como centro de alimentos de origem animal.

A agricultura brasileira tem muitos problemas a resolver, sendo que o baixo índice de produtividade por falta de uma tecnologia moderna e adaptada é apenas um deles. No tocante à pecuária, a má produtividade tem por causas principais a baixa taxa de desfrute, o pequeno peso das carcaças, a idade elevada ao abate e a baixa fertilidade dos rebanhos são reflexos de um sistema extensivo de exploração e mau nível tecnológico.

Assim o Grupo lembra o seguinte:

- a) Ajustamento de métodos importados de manejo dos animais às condições do País;
- b) Melhoramento do índice de fertilidade nos rebanhos;
- c) Encurtamento do período entre o nascimento e o primeiro parto;
- d) Comparação entre os vários sistemas de exploração pecuária para determinar os mais econômicos;
- e) Diminuição da idade de abate;
- f) Maior capacitação para a criação do conhecimento

científico-tecnológico indispensável ao desenvolvimento da pecuária brasileira, seja pela disponibilidade de número crescente de pesquisadores de superior qualificação, seja pelo fortalecimento dos Departamentos de Zootecnia dos vários institutos universitários para a condução e ampliação de suas linhas de pesquisas.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está finda a leitura do expediente. Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 05/64, de autoria do Deputado EDGAR TÁVORA, Emenda à Constituição do Estado — Dispõe sobre a criação, alteração e extinção dos municípios, dando nova redação ao art. 132 da Constituição do Estado do Paraná. Parecer da COMISSÃO ESPECIAL, por maioria. — EM REGIME DE URGÊNCIA. —

Esta Presidência deverá encaminhar o projeto ao titular desta Casa, ao seu gabinete, para que o mesmo tome as providências cabíveis para o devido arquivamento do projeto de lei, mesmo porque, não existe mais razão da sua tramitação por esta Casa.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 140/68, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Ofício n.º 1/68, do Juízo de Direito da Comarca de Chopinzinho, encaminhando cópia da Ata de apuração do Presbitério realizado naquela Comarca em 17/03/68, conforme Resolução n.º 12/67, desta Assembléia Legislativa. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — Rejeitada a proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 25/71, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Ofício n.º 125/71, do Juízo Eleitoral da 97.ª Zona, encaminhando cópia da Ata de apuração Plebiscitária autorizada pela Resolução n.º 25/68 de 17/12/68, sobre a criação do Município de Francisco Alves. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. — Rejeitada.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/70, de autoria do Deputado OLIVIR GABARDO, que modifica as divisas do Distrito de Lerroville, no Município de Londrina, criado pela Lei n.º 4.783, de 29 de novembro de 1.963. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.T.I.C., por maioria. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203/70, de autoria do Deputado PAULO POLI, que cancela os débitos decorrentes de responsabilidade dos funcionários em exercício nas funções de recebedor, coletor ou agente arrecadador, na forma e como especifica. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 203/70.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os débitos decorrentes de responsabilidade apurada pelo Departamento de Rendas Internas e Diretoria de Tomadas de Contas, da Secretaria da Fazenda, ou pelo Tribunal de Contas do Estado, nos balancetes das Exatarias e Agências Arrecadoras, atribuídos aos funcionários no exercício das funções de Recebedor, Coletor ou Agente Arrecadador, são

cancelados, desde que sejam considerados incobráveis dos respectivos contribuintes.

Parágrafo único — é considerada responsabilidade tão somente a arrecadação processada por erro de cálculo na taxa de tributos, interpretação errônea das leis fiscais e tributárias ou outros atos equivalentes, que sejam evidentes equívocos, sem dolo ou má fé.

Art. 2.º — Os efeitos desta lei não se aplicam aos recolhimentos insuficientes de numerário ao Tesouro do Estado nem pela falta de estampilhas apostas nos documentos e nas em estoque.

Art. 3.º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro de 30 (trinta) dias, a contar de sua vigência.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.970.

(a) Paulo Poli

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva regularizar situações insólitas atribuídas aos funcionários da exação de rendas, quando investidos nas funções de Coletor, Recebedor ou Agente Arrecadador.

As arrecadações processadas pelas Exatarias de Rendas, sofrem conferências, sucessivas da Divisão de Arrecadação do D.R.I., na Diretoria de Tomadas de Contas e no próprio Tribunal de Contas.

Deficiente uma arrecadação, por erro de cálculo ou erro de interpretação, o único responsável é o próprio titular da Exatoria, que deve recolher ao Tesouro do Estado a diferença verificada nas conferências.

Ocorre, todavia, que muitas vezes o contribuinte, recolhedor de tributação insuficiente, não mais reside no local, faleceu, faliu ou não possui recursos e nem bens para complementar o recolhimento. E, perante os órgãos fazendários, o único responsável é o titular da Exatoria.

Como é do conhecimento público, as leis fiscais e tributárias são complexas, sempre ocorrendo interpretações dúbias e confusas, resultando conseqüentemente aplicações errôneas das taxas tributáveis.

A aprovação deste plano de lei é um ato de inteira justiça aos guardiões do dinheiro público estadual, que percebendo vencimentos irrisórios, quase insuficientes ao sustento de suas famílias, muitas vezes, por circunstâncias alheias à sua vontade, se vêm envolvidos em responsabilidades tão elevadas, que nem sequer os salários percebidos em toda sua vida funcional são suficientes para a cobertura das responsabilidades lhes impostas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 203/70.

PARECER

O presente Projeto de Lei n.º 203/70, de autoria do ex-Deputado Paulo Poli, tem por finalidade cancelar débitos de responsabilidade de funcionários, conforme especifica, e dá outras providências.

Inserido ao processo, encontramos pedido de informações solicitadas e deferidas em maio de 1.971.

Em razão do não atendimento, até a presente data das informações solicitadas, e, também, em face do decurso de tempo e da flagrante inconstitucionalidade de que trata a matéria, opinamos pelo seu encaminhamento à MESA, a fim de determinar o seu "Arquivamento".

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 224/70, de autoria do Deputado PAULO POLI, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Francisco Alves,

Município de Iporã. Parecer da C.C.J. pelo arquivamento, por unanimidade.— Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 224/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Francisco Alves, Município de Iporã.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1.978.

(a) Paulo Poli.

JUSTIFICATIVA:

Visando atender aos apelos da população do Distrito de Francisco Alves, a fim de que não se vejam privados do Colégio Comercial que inúmeros benefícios vem prestando não só àquela localidade, como também as regiões circunvizinhas, é que apresentamos o presente plano de lei que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 224/70.

PARECER

Tendo em vista o parecer anexo à Proposição, aprovado em reunião desta Comissão em 19/05/71, o qual solicita o pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, e em razão de que até o presente momento tal solicitação não foi atendida e também face à flagrante inconstitucionalidade de que trata o projeto, o nosso parecer é no sentido de que o mesmo seja encaminhado à MESA a fim de determinar o seu "ARQUIVAMENTO".

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente;

Fabiano Braga Côrtes, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 04/71, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública, o Museu Sete Quedas, localizado no Município de Guaíra. Requerimento do Senhor Deputado FRANCISCO ESCORSIN, aprovado em 07/06/78, pelo arquivamento.— Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 4/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, o Museu Sete Quedas, localizado no Município de Guaíra.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1.978.

(a) Francisco Escorsin.

JUSTIFICATIVA:

O Museu Sete Quedas, localizado na cidade de Guaíra, foi fundado em julho de 1.961, e possui uma das mais completas coleções existentes no sul do País. Tem contribuído grandemente para o aprimoramento dos conhecimentos da população local, como também dos inúmeros visitantes que lá comparecem. Dessa maneira, justo é que se declare de utilidade pública, como um reconhecimento do Poder Público a tão meritória obra que engrandece não só aquela região como o nosso Estado. Assim sendo é que apresentamos o presente plano de lei que esperamos contar com o apoio dos nossos ilustres Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 04/71, de sua autoria, ora na Comissão de Constituição e Justiça, sem pareceres, que declara de utilidade pública sediada em Guaíra.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1.978.

(a) Francisco Escorsin.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 202/71, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que autoriza o Poder Executivo criar uma escola Normal, Grau Colegial, no Distrito de Tamarana, Município de Londrina e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade.— Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 202/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, uma Escola Normal, de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1.978.

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente plano de lei dotar o Distrito de Tamarana, Município de Londrina, de cuja sede se encontra muito distanciado, de um estabelecimento de ensino capaz de propiciar à sua população estudantil, que conclui o 1.º ciclo, de continuar os seus estudos.

A criação de tal estabelecimento virá, além do mais, beneficiar, também, os moradores de Paiquerê, Lerroville, Londrianópolis e Guairacá, todas do mesmo Município de Londrina.

Em face de tais circunstâncias, apresentamos este projeto à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e, no final, a sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 202/71

PARECER

Tendo em vista o parecer anexo à proposição em tela, solicitando diligências junto à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, e em razão de que até a presente data tal diligência deixou de ser atendida, e também face à inconstitucionalidade de que trata o presente projeto de lei, nosso parecer é no sentido de que o mesmo seja encaminhado à MESA a fim de determinar o seu "ARQUIVAMENTO".— É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença nas tribunas de honra da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da Vereadora Thelma Dornelles Dantas, Líder do Movimento Democrático Brasileiro em São José dos Pinhais.

À nossa visitante, uma boa estada em nossa companhia.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Joceli Azevedo, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jalbas Rodrigues Alves, ocorrido na

cidade de Maringá.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rita Abrão, ocorrido em Maringá.—Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Seugling, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela comemoração do 70.º aniversário da Imigração Japonesa no Brasil, bem como a transcrição nos Anais da Casa da palestra proferida pelo Sr. Secretário da Educação e Cultura, no Simpósio sobre os setenta anos da imigração japonesa no Brasil, em Rolândia.— Aprovado. (A palestra acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Horácio Martins de Souza, ocorrido no Município de Sengés.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela nomeação, por ato do Sr. Presidente da República, no cargo de Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informações, em substituição ao Sr. General de Exército João Baptista Figueiredo.— Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, no termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à COPEL, em forma de apelo, no sentido de que seja possibilitada a iluminação pública na "Avenida Principal", via urbana dos Jardins Nossa Senhora da Penha e Maria José, localizados no Município de Colombo.— Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Vossa Excelência poderia repetir o teor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Atendo Vossa Excelência.

(É procedida a leitura do requerimento)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que através do órgão competente, seja estudada a possibilidade de ser reduzido o preço da taxa mínima, que vem sendo cobrado, pela SANEPAR, pela utilização do serviço de abastecimento de água no Município de Paranavai.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações sobre se já determinou à Pasta competente, estudos visando a redação de projeto de lei estabelecendo contagem de tempo para efeito de aposentadoria aos funcionários públicos admitidos antes da Constituição de 1967.— Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência atende Vossa Excelência. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

16 Srs. Deputados o aprovam; 7 Srs. Deputados o rejeitam. Conseqüentemente não há "quorum" para deliberação.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência atende Vossa Excelência e consulta o titular, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, sobre se deseja assumir a Presidência da Casa.

O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — 34 Srs. Deputados responderam a chamada.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.— Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente. Solicito de Vossa Excelência, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Deferida a questão de ordem, vai-se proceder novamente a verificação de votação do requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, na forma inversa.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Valter Pietrângelo, queiram levantar-se. (Pausa)

Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se (Pausa)

17 Srs. Deputados o aprovam; 7 rejeitam. Conseqüentemente, não há "quorum" para deliberação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, consubstanciado em pedido de informações sobre quais as razões que impedem a referida Secretaria em deferir o requerimento proposto pelo Sr. Marcílio Antônio da Silva, solicitando a determinação de silêncio perpétuo quanto a anotações existentes contra o signatário na DOPS.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 171/77, 27, 33 e 37/78.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 72/77, 86/77 e 162/77.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 39/78, 62/78 e 75/78.

Marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 16, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: do Projeto de Lei n.º 25/78 e de Resolução n.ºs 07, 08, 10, 11, 13, 14, 15, 24, 25, 26, 27, 44, 49, 51 e 54/78.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JORGE SATO, EM SESSÃO DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 1977.

"PALESTRA DO SR. SECRETÁRIO FRANCISCO BORSARI NETTO, NO SIMPÓSIO SOBRE OS 70 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL.

Geograficamente, a Natureza nos situa como antípodas. Brasileiros vivem num lado do mundo. Os japoneses no outro lado, exatamente oposto. O que a colonização nipônica no Brasil veio mostrar é como a distância física é relativa e como pode ser superada através da fraternidade humana.

Quem poderia imaginar, há setenta anos atrás, quando os primeiros contingentes de imigrantes começavam a chegar a nosso Brasil, procedentes da Ásia longínqua, que se estabeleceriam uma convivência tão rica de significado!? Quem poderia imaginar que, tão rapidamente e com tanta criatividade, poderiam os filhos do Sol Nascente alcançar uma integração total à coletividade brasileira!? Quem poderia prever que, embora não das maiores em termos numéricos, seria essa uma das correntes migratórias a ser incluída entre as que maiores benefícios haveria de trazer ao desenvolvimento brasileiro!?

Era realmente difícil imaginar que, em apenas sete décadas, tão profunda se tornasse a contribuição do elemento japonês para a consolidação da síntese inter-étnica e intercultural que se realiza em nossa Pátria.

A enorme distância entre ambos os países, separados por milhares de quilômetros, as grandes diferenças culturais, a própria diversidade dos tipos somáticos, acentuadamente contrastantes, tudo parecia fazer com que a experiência da imigração nipônica em nosso País se convertesse em insucesso. Desde os primeiros anos, entretanto, logo se patenteou uma realidade diferente: vindo de tão longe, o imigrante japonês mostrou que muito tinha a trazer. Trazia a vontade indômita de realização através do trabalho profícuo. Trazia a fé no futuro e a disposição de aqui lançar raízes. Trazia o amor pelo cultivo do solo e um ideal de vida simples, porém alicerçado em valores plenamente compatíveis com a índole e a vocação brasileira.

Setenta anos depois, o japonês não é mais um enigma: é nosso irmão. Setenta anos depois, o Brasil se orgulha da colônia japonesa, constituída por cerca de setecentos e cinquenta mil imigrantes e descendentes. Menos numerosos são os "isseis", os japoneses natos que aqui vivem. Mais numerosos são os "nisseis", nascidos no Brasil, filhos de japoneses. E mais numerosos ainda vão se tornando os "sanseis", netos de japoneses.

Geração após geração, mais intimamente vão todos se integrando a essa democracia inter-racial sem paralelo no mundo, que é o nosso Brasil.

A efeméride constituída pelos setenta anos de colonização nipônica nos propõe um desafio: fazer um balanço da contribuição de "isseis", "nisseis" e "sanseis", ao desenvolvimento brasileiro. Estamos convictos, entretanto, de que só poderemos fazer nesta palestra uma síntese muito superficial da participação dos japoneses e descendentes. A contribuição da colônia japonesa à vida nacional é tão rica, sob todos os aspectos, que se torna bastante difícil sumariar os vários setores nos quais ela se desdobra.

É significativo assinalar, entretanto, que quarenta por cento da coletividade japonesa no Brasil estão ligados à agricultura. É um contingente de mais de trezentas mil pessoas, que usam os métodos mais eficientes de exploração do solo, tendo inovado processos no plantio e colheita de produtos hortigranjeiros, desenvolvendo, ainda, novas técnicas na fruticultura e na pesca.

Podemos afirmar que os imigrantes japoneses e seus descendentes, atuando no setor agrícola, deram origem a fenô-

menos econômico-sociais novos em nossa vida, criando novos hábitos na população brasileira, que não estava acostumada, por exemplo a consumir hortaliças frescas. Segundo as informações disponíveis, era bem restrita a variedade de legumes nas mesas brasileiras, até a década de 20, quase se reduzindo ao tomate, pimentão, abobrinha e repolho.

Os japoneses mudaram os hábitos alimentares dos brasileiros, aumentando a produção através de novas técnicas agrícolas. Paralelamente ao crescimento da produção de hortaliças, multiplicaram as variedades, cultivando novas espécies e, em alguns casos, melhorando a qualidade das nativas.

Deve ser destacada, a contribuição dos imigrantes japoneses no desenvolvimento da fruticultura, inclusive pela criação de novas espécies, além de estimular o plantio de frutas tradicionais. Atualmente, todos sabem que a produção de pêssego, caqui, uva italiana, ameixa e morango depende em grande parte dos fruticultores de origem nipônica.

É importante salientar que, conforme os dados da Associação Brasileira para Estudos Técnicos da Agricultura, sediada em São Paulo, a participação dos imigrantes japoneses e descendentes na agricultura brasileira vai de quase dez por cento na produção de café até quase 95 por cento na produção de chá! É o imigrante japonês ou descendente que produz quase noventa e dois por cento do rami, noventa por cento da hortelã e do morango, oitenta e dois por cento da pimenta-do-reino, oitenta por cento do kirí e do bicho-da-seda, setenta e um por cento da batatinha, sessenta por cento da soja e cinquenta e oito por cento do tomate, além de metade de todas as verduras produzidas no Brasil.

Documentando a cooperação dos japoneses e seus descendentes no desenvolvimento da agricultura nacional, o sociólogo Hiroshi Saito, diretor do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros e professor da Universidade de São Paulo, dá relevo a três pontos fundamentais: a introdução e aperfeiçoamento de novas variedades de plantas cultivadas;

desenvolvimento da tecnologia da produção;
incentivo à organização rural.

Numerosas são as variedades de plantas trazidas ao Brasil e aclimatadas pelos imigrantes nipônicos, desde o rami ao chá, passando pela juta, pimenta-do-reino e abacaxi-sem-espinho. A transplantação foi completa, com o aperfeiçoamento genético, que possibilitou a criação de novas variedades. Assim, diversos legumes e frutas começaram a ser consumidos até mesmo por grupos étnicos não-japoneses, como a acelga, o rabanete, a cebolinha ou a poncã. É devida aos japoneses, também, a introdução no Brasil de muitas plantas ornamentais, incluindo as árvores em miniatura. Graças ao trabalho da coletividade nipônica foi aprimorada a qualidade de frutas como o pêssego, o caqui, a castanha, a nêspere e a ameixa.

Pioneiros na utilização de fungicidas e de fertilizantes, os japoneses começaram a usá-los desde 1.920, na cultura da batata. E muitas dessas práticas se disseminaram depois no meio rural, devido à convivência dos imigrantes nipônicos com os lavradores de outras origens.

É necessário salientar, igualmente, o papel desempenhado pelo elemento japonês na organização rural, impulsionando a criação de cooperativas que hoje ocupam lugar fundamental na comercialização dos produtos agrícolas em nosso País.

Em termos globais, os japoneses e seus descendentes produzem e comercializam mais de trinta por cento dos gêneros alimentícios agrícolas produzidos no Brasil. Mas é preciso salientar, paralelamente, a crescente importância dos investimentos japoneses no setor industrial. Entre 1971 e 1976, os investimentos de origem japonesa na indústria brasileira cresceram em setecentos e cinco por cento, cifra mais alta do que as inversões financeiras de outras origens.

Por outro lado, a tendência de migração rural-urbana, combinada à diversificação ocupacional, está trazendo grande altera-

ção no quadro sócio-econômico da coletividade de origem japonesa, notando-se sua maior participação nos setores secundário e terciário da economia. Ou seja: na indústria e nos serviços.

Feito esse panorama sumário da participação japonesa na vida brasileira, sob o aspecto econômico, cumpre ressaltar a contribuição que também se processa em termos de atividade política, exercício da função pública ou profissão liberal. Segundo recente pesquisa, destacam-se: 1 Ministro de Estado, 6 Deputados Federais, 3 Deputados Estaduais, 13 Prefeitos, 15 Vice-Prefeitos, 15 Presidentes de Câmaras Municipais e 100 Vereadores, isso somente no Estado de São Paulo, onde também são de origem nipônica 18 professores catedráticos, 23 catedráticos-assistentes, 150 professores assistentes, 48 professores doutorados e mais 1.500 professores. Nas profissões liberais são cada vez mais numerosos os "nisseis" e "sanseis", sendo incontável o número de executivos de firmas industriais, comerciais e agrícolas.

É tempo, agora, de deixarmos o enfoque global, para falarmos especificamente na coletividade japonesa no Paraná.

Apenas 6 anos depois do desembarque dos pioneiros da imigração no Porto de Santos, chegavam ao Paraná os primeiros japoneses. Registrada a presença japonesa em terras paranaenses desde 1914, um dos momentos mais importantes dessa fixação ocorreu na Fazenda do Bugre, em Cambará, onde colonos de origem nipônica se instalaram em terras da família Barbosa, dali espalhando-se por todo o norte paranaense.

Hoje, numa perspectiva histórica adequada, podemos afirmar que os japoneses tiveram grande influência na expansão das frentes agrícolas do Paraná, transformando matas e descampados em vastas áreas de produção.

Em regiões onde havia escassa infra-estrutura, enfrentando toda a sorte de dificuldades e desafios, soube a coletividade japonesa contribuir denodadamente para a formação da principal fonte de nosso Estado: uma agricultura desenvolvida com alto índice de produtividade.

Essa história de pioneirismo tem um dos seus pontos altos em 1932, quando 30 famílias ocuparam a Fazenda Três Barras, trazidas pela companhia de colonização BRASIL TOKUSHOKU KAISHA-BRAITAC. Esses imigrantes se localizaram na região onde hoje prospera a cidade de Assaí, um dos maiores centros da coletividade de origem japonesa no Brasil.

Em 1.936, perto da Fazenda Três Barras, nova leva de imigrantes formava nova colônia. É interessante notar que a legislação da época exigia pelo menos "três enxadas por família". Isto é: no mínimo três pessoas com capacidade de explorar a terra. Houve o caso de casais sem filhos que adotavam garotos, antes de vir ao Brasil, a fim de satisfazer a imposição legal. E há quem assinala que esses filhos adotivos exerceram papel decisivo na fixação dos jovens casais à nova Pátria, estimulando-os a permanecer e lançar raízes.

Em 1.950, mais de dez por cento dos japoneses no Brasil estavam radicados no Paraná. Oito anos depois, essa proporção já se avizinhava de vinte por cento. Hoje, vivem em nosso Estado quase 150 mil japoneses e descendentes, de preferência concentrados na região Norte, em cidades como Londrina, Arapongas, Apucarana, Ibiporã, Paranavaí, Rolândia, Maringá, Uraí e principalmente em Assaí, onde vivem cerca de 1.400 famílias. Duas mil estão estabelecidas na região metropolitana de Curitiba, exercendo atividades em múltiplos setores da economia.

Cumpre ressaltar que duas cooperativas, formadas quase exclusivamente por lavradores nipônicos, são responsáveis pela maior parte da produção paranaense de produtos agrícolas de consumo.

Considerando a globalidade da produção agrícola paranaense, a contribuição da coletividade de origem japonesa chega a vinte por cento, destacando-se o ramo, em Uraí, e o

algodão em Assaí. É de se lembrar o papel exercido pelo japonês nas primeiras décadas da cafeicultura em nosso Estado, hoje numericamente modesto, porém muito amplo em termos de pioneirismo e desbravamento.

Além das considerações de ordem econômica, pretendemos dar realce ao desempenho dos japoneses e seus descendentes em todos os setores de nossa vida. Se o Brasil, como um todo, é consequência do caldeamento de muitas raças, o Paraná é, dentro do Brasil, um Estado onde se concentram as mais diferentes e diversas etnias, constituindo um dos poucos lugares do mundo onde os contatos e a convivência inter-étnica e intercultural atingem índices sem precedentes. Nesse contexto, como "terra de todas as gentes", muito espera o Paraná das várias étnicas. E os japoneses e seus descendentes não têm se esquivado da participação na vida pública, ajudando a traçar rumos e compartilhar decisões em nosso sistema democrático de vida. Tanto é assim que hoje contamos com 2 Deputados Federais de origem japonesa, 1 Deputado Estadual, 8 Prefeitos, 4 Vice-Prefeitos e 58 Vereadores.

Verdadeiramente impressionante, além disso, é a sede de saber entre os "nisseis" e "sanseis", pois as novas gerações estão procurando o caminho das escolas, em todos os graus, manifestando empenho em galgar os mais altos patamares educacionais.

Na condição de titular da pasta educacional paranaense, temos sentido de perto o anseio de elevação cultural entre a juventude de origem japonesa. Prova cabal do que afirmamos são as estatísticas que apontam como nipo-brasileiros vinte e sete por cento dos alunos atualmente matriculados na Universidade Estadual de Londrina. A porcentagem de alunos com ascendência japonesa, na Universidade Estadual de Maringá, é ainda mais surpreendente: trinta e sete por cento.

São dados como estes que nos alentam, nesta palestra, a realmente conchamar a juventude estudiosa a persistir neste caminho. Pois o futuro reserva quinhões importantes de participação aos recursos humanos qualificados, dentro do processo brasileiro de desenvolvimento.

Pessoalmente, temos motivação especial para louvar o trabalho do japonês e para proferir uma palavra de estímulo às novas gerações. Sob vários aspectos, amadurecemos nossa formação e nossa personalidade na cidade de Uraí, onde a fraterna convivência nos fez conhecer o espírito e o caráter de tantos japoneses e descendentes, com eles aprendendo muitas lições de vida.

Esse lado sentimental não nos leva a perder a objetividade, enfocando os setenta anos da imigração japonesa, mas realmente nos deixa sensibilizados ao recordar tantos amigos e ao sermos contemplados com tanta simpatia pela platéia que aqui se encontra.

Temos tido a satisfação, inclusive, de apreciar a importante participação da etnia japonesa nos festivais folclóricos já tradicionais em nosso Estado, anualmente realizados sob os auspícios da Pasta da Educação e da Cultura. Para nós é uma alegria constatar o entusiasmo como são conservados vivos os valores culturais típicos das artes e do comportamento espiritual japonês. Pois temos a certeza de que esses valores não colidem com os nossos. Integram-se num contexto cultural novo, conservando o seu antigo fascínio. Contribuem para que mais amplos sejam os nossos horizontes, através do contato com valores forjados ao longo de uma tradição milenar.

O desenvolvimento brasileiro, em geral, e o desenvolvimento paranaense, em particular, têm sido levados avante por homens e mulheres pertencentes a variadas culturas. E esse processo leva a uma síntese intercultural das mais salutares, de modo que as novas gerações vão se formando dentro de um clima de polarização rumo ao futuro, que a todos pertence.

Os setenta anos da imigração japonesa no Brasil constituem um marco nesse processo de aculturação e caldeamento

de um povo que já aprendeu a ser dono do seu destino, sabe o que quer e sobranceiramente está construindo uma sociedade aberta à participação de todos, livre e soberana.”

PORTARIA:

PORTARIA N.º 200/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4705, de 19 de maio de 1.978,

deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 98/78, do funcionário ISMAR DELAGASSA PASSOS, matrícula n.º 263, ocupante do cargo de nível PL “29”, da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de maio de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral